

Índice

Óscares 2020: “Parasitas” faz história	1
O coronavírus e uma doença comunista	2
A eutanásia afeta todos	3
“Cómo entender la Rusia de Putin”	5

Óscares 2020: “Parasitas” faz história

A véspera da gala era um desses dias para se ir deitar com a crónica dos Óscares escrita. Aspiravam ao maior prémio 9 filmes de grande mérito. Uma autêntica Liga dos Campeões. Cada um deles merecia o Óscar. Mas não se previa uma final renhida. Havia um claro favorito. Um magnífico filme de guerra de cariz clássico.

Estamos a falar, claro, de “1917”. Quêe mais pode pedir uma academia de cinema conservadora que um título a premiar, de passagem, toda uma forma de entender e fazer precisamente cinema? Premiando “1917”, Hollywood premiava-se a si mesma. E um doce não é amargo para ninguém. Nem um prémio.

Além disso, o competidor era um filme sul-coreano. E já se sabe o que se passa com os filmes estrangeiros. [Vimo-lo.com](#) “Roma” ou com “Babel” ou ainda com “A Vida é Bela”. Ganham na sua categoria (que para isso parece que a têm) e deixam o Óscar mais importante para algum filme de língua inglesa. “Parasitas” ia para ganhar o Óscar do melhor filme estrangeiro. Categoria em que, certamente, competia Pedro Almodóvar com “Dor e Glória”... e sem nenhuma esperança de Óscar que iria – garantidamente: foi dito – para o sul-coreano.

Até aqui a crónica escrita na noite anterior.

E, no entanto, Hollywood quis dar como um presente um final surpresa. E ganhou “Parasitas”. O primeiro aviso foi o Óscar para o melhor argumento original, embora fosse um aviso previsível, porque o texto de “1917” não é para lançar foguetes e o de “Parasitas” é portentoso. A seguir veio o resto: o Óscar esperado (para o melhor filme estrangeiro) e os inesperados (melhor realizador e melhor filme). Quatro importantíssimos prémios que convertem “Parasitas” no grande vencedor da edição. E de passagem converteram a edição em histórica.

“Parasitas” é um filme enorme. Não pela sua produção, nem pela sua fotografia, nem pelas suas interpretações e, nem sequer, pela sua montagem. Todos estes elementos são notáveis, mas o que sobressai em “Parasitas”, o que converteu este estranho título num fenómeno para a crítica e o público, é a história. Ou, mais concretamente, a feroz crítica que encerra uma comédia muito negra. “Parasitas” é a hilariante aventura de uma família de impostores que começa a sua corrida para o sucesso com mentirinhas, batotas e encaixes via Google, e acaba num abismo, no mais fundo de um poço que não parece ter fundo. Até aqui pode-se contar sem *spoiler*, mas soa familiar, não é verdade?

Apesar da sua violência crua e do seu descarnado e doloroso tratamento do que é o ser humano e dos seus vínculos mais fortes (a família ou o casamento), “Parasitas” é uma autêntica fábula moral, um desses filmes que funciona para o espectador como um espelho. É nisto no que não me quero converter. E tudo começou falsificando um documento com Photoshop e criando um perfil falso no Instagram. É o que foi dito. Moralizante? Sim. Muito. Mas abençoado moralismo se saímos do cinema divertidos, enriquecidos e golpeados. Daí que obrigado, Bong Joon-ho. E mais uma coisa: da próxima

vez, também entenderemos as coisas com algumas reticências.

O resto da crónica dos Óscares era prevista. Os Óscares de interpretação para Joaquin Phoenix e para Renée Zellweger previam-se desde que se estrearam “Joker” e “Judy”. Os Óscares de melhor ator secundário para Brad Pitt (“Era uma Vez em... Hollywood”) e melhor atriz secundária para Laura Dern (“Marriage Story”) estavam no seguimento dos prémios conseguidos até então. O prémio para o melhor argumento adaptado foi para “JoJo Rabbit” como poderia ter ido para “Joker” ou “Mulherzinhas”, mas está bem.

Por último, por exemplo, o sonho espanhol de conseguir um Óscar por “Klaus”, desvaneceu-se no início da Gala. O prémio para o melhor filme de animação é um dos primeiros a ser entregue e foi para “Toy Story 4”. Pixar de novo. “Toy Story” outra vez. Mas não há de que se queixar, pois a veterana Academia iria premiar depois o filme sul-coreano e não se vai quebrar as ancas mesmo com tantas voltas.

A. S. N.

O coronavírus e uma doença comunista

Se o coronavírus se estendeu velozmente pela China, foi em grande parte por culpa das autoridades locais. Mas isso não indulta Pequim. A epidemia revela um defeito de fábrica dos sistemas comunistas.

O Prémio Nobel da Economia Amartya Sen, que estudou as fomes, concluiu que [não acontecem nas democracias](#), como ilustra o caso do seu país, a Índia, que tem muitos problemas mas não os típicos do comunismo. Para combater uma fome – ou uma epidemia –, é essencial reagir perante os primeiros sinais; caso contrário, depois torna-se muito difícil de conter. Isto, por seu turno, exige que a informação circule livremente e que os dirigentes políticos tenham incentivos para atuar.

Com efeito, as autoridades locais, as que conhecem primeiro a situação, são as que têm de dar o alarme quando aparecem os primeiros indícios do problema. Mas num país comunista, os dirigentes hierarquicamente inferiores estão fortemente pressionados para satisfazer os chefes e têm medo de transmitir más notícias, porque os de cima irão lavar as mãos atribuindo-lhes a culpa. Foi o que ocorreu na grande fome da Ucrânia nos tempos de Estaline e na da China com o Grande Salto em Frente de Mao.

Os dirigentes de Wuhan, mais preocupados em satisfazer os de cima do que em servir os de baixo, quando foram deteta-

dos os primeiros casos, em dezembro passado, ocultaram informação crucial, minimizaram o assunto e reprimiram os que advertiram para o perigo. No princípio de janeiro, detiveram oito médicos que haviam dado o alarme.

Quando a epidemia se tornou impossível de ocultar, chegou a segunda fase da política comunista de contenção: medidas extremas e diluição de responsabilidades. Estaline decretou o extermínio dos *kulaks*. Mao desencadeou a Revolução Cultural. Wuhan foi declarada em quarentena a 23 de janeiro, e o cordão sanitário foi-se estendendo até confinar mais de 50 milhões de pessoas. Os transportes foram suspensos, ninguém podendo sair nem entrar. Tão-pouco chegaram suficientes fornecimentos de material clínico, e é de recear que acabem por faltar alimentos.

Começaram rugas a pessoas doentes – ou que o parecem –, casa por casa, para as isolar em hospitais de campanha improvisados num estádio, num recinto de feira ou noutros estabelecimentos, onde mal receberam atendimento médico. Colocadas em longas filas de camas dentro de enormes naves, há perigo de que se transmitam doenças mais contagiosas do que o coronavírus, como tuberculose ou outras infecções bacterianas. Além disto, esta “repressão sanitária” pode levar os doentes a esconderem-se, o que tornaria mais difícil controlar a epidemia.

E a calamidade provocada pela má gestão dos responsáveis políticos transfigurou-se em objeto de um grande esforço coletivo. De visita a Wuhan, a 6 de fevereiro, a vice-primeira-ministra Sun Chunlan proclamou que a região e o país atravessam uma “situação como de tempo de guerra” e advertiu: “Não deve haver desertores, ou serão expostos a vergonha pública para sempre”. Daí a mobilização para encontrar e isolar os infetados.

Nesta grande guerra patriótica contra o vírus, há que enfrentar também os agentes da propaganda inimiga, que tentam minar a moral dos combatentes e do povo. Agora são jornalistas não autorizados, bloguistas ou simples utentes de redes sociais. A 3 de fevereiro, o presidente Xi Jinping instou o Partido a “reforçar o controlo sobre os meios de comunicação e a Internet”.

Efetivamente, a Administração do Ciberespaço acusou algumas redes sociais de difundirem notícias inconvenientes sobre a epidemia e anunciou que as principais serão submetidas a supervisão especial de modo a assegurar “um ambiente digital favorável para ganhar a guerra de prevenção e controlo do surto de coronavírus”.

Contudo, nos tempos que correm, a censura e a blindagem do regime contra as críticas já não pode ser como antes. [Diz no “Le Monde” \(6.2.2020\) Fang Kecheng](#), da Escola de Jornalismo de Hong Kong: “Há tantas críticas, tanta indignação, que é difícil censurar tudo”. O mesmo diário revela exemplos de mensagens que não foram apanhadas pelos filtros oficiais, como esta: “Em vez de atacar o problema, detêm os que o

denunciam”. A diluição de responsabilidades não funcionou de todo.

Por outro lado, com Xi Jinping, tornou-se mais forte a tendência dos dirigentes locais para satisfazer os hierarquicamente superiores. Os cargos de responsabilidade foram preenchidos com quadros do Partido, em vez de técnicos, num muito maior grau do que anteriormente. A lealdade ao chefe conta mais do que a competência. É até certo ponto compreensível que os presidentes dos municípios, governadores, secretários provinciais do Partido tenham minimizado o início da crise se, como diz uma [análise do “The New York Times”](#) (4.2.2020), têm que dedicar um terço do seu tempo a sessões de estudo político, principalmente sobre os discursos de Xi. O presidente vitalício – o segundo depois de Mao – reforçou, ao mesmo tempo que o seu poder e a pureza ideológica, o defeito comunista fundamental que pode dar lugar a crises como a presente.

A epidemia do coronavírus passará, mas a China continuará a padecer de uma doença crónica, que é o comunismo.

R. S.

A eutanásia afeta todos

A eutanásia não é uma decisão individual que afetaria somente o doente que a pede. A sua legalização é algo que se repercute nas relações entre doente e familiares, na ética dos profissionais de saúde e na consideração social do respeito pela vida humana. Assim o salienta um artigo de Luis Miguel Pastor, editor de “Cuadernos de Bioética”, num número da revista dedicado a [“Morir con dignidad y eutanasia”](#), (“Nota do Editor: Eutanasia y Bioética”, em “Cuadernos de Bioética”, n.º 98, vol. XXX/1, janeiro-abril, 2019) de que apresentamos uma seleção de parágrafos.

Luis Miguel Pastor, catedrático de Biología Celular da Universidad de Murcia, refere-se na sua nota de apresentação deste número, à eutanásia voluntária e ao suicídio assistido, e cita em diversos momentos o Comunicado da Asociación Española de Bioética (AEBI) sobre a Eutanásia (Conclusões da Jornada Anual da AEBI e Comunicado da AEBI sobre a Eutanásia: “Morir con dignidad”, 19.10.2018), documento a que pertencem as citações entre aspas.

O que classicamente é denominado eutanásia voluntária [é] aquele ato – seja ativo ou de omissão – que leva à morte, efetuado por pessoal de saúde na fase final de uma doença. Esta é feita a pedido do próprio doente, pois o seu sofrimento

é vivido como insuportável e a eutanásia apresenta-se como fuga ou saída para essa situação.

Os seus defensores costumam referir que a eutanásia só deve ser aplicada a pedido do doente em casos especiais e com determinadas garantias que impeçam os abusos. A razão de fundo invocada seria de tipo humanitário, pois estão conscientes de que poderia ser aplicada a pessoas que realmente não o desejam plenamente, ou que a sua competência para o consentimento está muito deteriorada, ou que foram empurradas para isso. Tratar-se-ia de não fazer sofrer uma pessoa para lá das suas possibilidades, evitar-lhe sofrimentos que são considerados desnecessários e aceitar numa situação limite a opção da eutanásia. (...)

Em relação aos responsáveis públicos, a aceitação legal desta prática implicaria a sua despenalização, baseando-se em que o interesse geral se salvaguardaria com uma série de requisitos ou garantias para evitar que tal prática pudesse expandir-se e vir a afetar o bem da vida humana em toda a sociedade. Também esses limites impediriam possíveis abusos provocados por terceiros e regulariam o risco de que pudesse incrementar-se o poder dos profissionais da saúde sobre a vida humana.

Perante a primeira situação, considero “que nunca existe motivo a justificar a direta eliminação de um ser humano. O interesse geral da sociedade exige que nenhum cidadão possa cooperar ou executar a eliminação de outro, ainda menos os profissionais da saúde. Nem a dor nem a ausência de nenhuma outra qualidade inerente à pessoa anulam a sua dignidade”, visto não se poder admitir exceções ao princípio “não matarás o inocente”.

Nunca é lícito para conseguir um bem fazer o mal, ou o que é a mesma coisa, que os fins justifiquem os meios. Nem as circunstâncias de sofrimento, nem a intenção última de eliminá-lo, nem o próprio consentimento do doente, que pede a eutanásia, alteram substancialmente o ato de escolher a morte de um ser humano provocando-a ou colaborando com ela. Daí que a atitude da própria pessoa e especialmente dos que a atendem, deva ser dirigida para outras soluções, na medida em se deve “eliminar a dor e o sofrimento, não a pessoa com dor e sofrimento.

(...) Os poucos pedidos de eutanásia que podem acontecer terminam quando os doentes recebem tratamento paliativo adequado... Aquilo que pedem os doentes é serem valorizados, segurança perante a incerteza da morte, serem tratados e cuidados com profissionalismo”, “serem tidas em conta” as necessidades íntimas de um ser humano nesse período da sua vida, com carinho e profissionalismo.

Mas o tema da eutanásia tem uma componente sociopolítica muito importante. (...) A sua perspetiva ética no momento de tomar decisões, não só visa um bem individual ou o que surge de uma relação profissional, como atende ao conjunto de todas as pessoas que constituem a sociedade. Permitir que numa sociedade um dos seus membros possa matar outro ao

abrigo de determinada situação excepcional, constitui uma rutura importante do tecido social. “Se nalguma circunstância se admitir que alguém possa dispor da vida de uma pessoa, implicitamente está-se a afirmar que a vida humana não é inviolável ou incondicional e, portanto, aceita-se que há vidas humanas que merecem não ser vividas.” (...)

Legitimar legalmente a antecipação da morte para alguns pode ser considerado um avanço na sua liberdade individual, mas não é menos certo de que essa pretensa liberdade de escolha para eles, se converteria para outros numa forte pressão. Socialmente, o paradigma do respeito pela vida humana teria mudado e, de a vida da pessoa ser considerada sempre como algo inviolável, passar-se-ia a que cada um teria de justificar perante os outros a sua decisão de continuar a viver até ao seu fim natural. Dúvidas, que são habituais nestas situações, como considerar que uma pessoa pode ser um peso psicológico, moral ou uma despesa para os familiares ou a sociedade, agravar-se-iam, enquanto que a responsabilidade de continuar a viver recairia apenas nas mãos dos doentes.

Juntamente com isto, não se deveria minimizar a possibilidade de um subtil incentivo por parte do meio para que o doente adotasse uma escolha de eutanásia. Isto constituiria uma violência moral que muitas vezes seria baseada numa chantagem de caráter emocional. Perante isto, não é tão claro que para o interesse geral de uma sociedade legalizar a eutanásia, isso suponha aumentar a liberdade dos cidadãos. Aceitar exceções ao “não matarás” tende pela sua dinâmica a que estas se estendam e venham a consolidar uma desvalorização na sociedade dos que são mais vulneráveis e desfavorecidos.

(...) Por último, ainda que fosse uma fase final, não se deve ignorar a possibilidade de se vir a considerar como um bom ato de cidadania a iniciativa do médico ou da família que decidisse realizar uma eutanásia sobre pessoas que não podem decidir. Teria acontecido então uma inversão ou deformação do ato de beneficência, onde se eliminaria um doente com base em critérios subjetivos de terceiros, que julgariam a capacidade do outro de ser feliz, ou de que a sua vida mereça ser vivida por não estar à altura da dignidade humana por eles concebida. (...)

A possível participação dos profissionais de saúde em atos de eutanásia, teria como consequência principal “um fenómeno corrosivo do seu *ethos* e da relação profissional de saúde-doente que implicaria uma desnaturalização deles: um atentado à integridade ética dos profissionais de saúde e à confiança como fundamento da relação médico-doente. A habituação social e o ativismo pró-eutanásia terminariam por convencer os profissionais e familiares de que matar por pena ou a pedido do doente é uma alternativa terapêutica tão eficaz que não pode ser recusada. Apesar das salvaguardas que para a eutanásia existem nalguns países, há dados que indicam serem elas ineficazes, visto a eutanásia voluntária dar lugar a um aumento da não consentida”.

Uma segunda situação é a da pessoa que sofre alguma doença, crónica, física ou psíquica, ainda que não se encontre na fase final da mesma ou dos que têm doenças mortais a curto prazo, pedindo o doente voluntariamente uma ajuda ou cooperação para morrer: suicídio assistido ou cooperação para o suicídio. (...)

Os seus defensores consideram que tanto a eutanásia como o próprio suicídio assistido são lícitos no plano ético, pois são uma manifestação da dignidade do homem, a qual reside na sua liberdade de escolha. A pessoa competente pode decidir sobre a disposição da vida até ao extremo de eliminá-la diretamente com a ajuda de terceiros ou pedindo que outros o façam. (...) Para o doente, o ato ficaria justificado como exercício de um direito, para o profissional seria um dever ajudar a que este seja eficaz, e os poderes públicos deveriam simplesmente regular tal direito, assegurando-se da competência do doente e de facilitar meios para fazê-lo (...).

É certo que a sociedade só deve legislar sobre os comportamentos das pessoas que tenham impacto na comunidade, mas não é menos certo que a eufemisticamente denominada *morte medicamente assistida* tem o seu impacto igualmente. (...) Sem nos darmos conta, haveria uma alteração importante ao se aceitar que é de interesse social uma auto disponibilidade do próprio corpo, até chegar à sua própria destruição, se alguém livremente o desejar. Teríamos aceite uma mensagem que assume como implícita tal ação: se a minha vida, que está sob o meu controlo e, além disso, em que teoricamente, sou o mais interessado em conservá-la, é eliminada por mim, por que não o farão outros, por diversos motivos de índole comum? (...)

Do ponto de vista ético do profissional de saúde, a aceitação social de que a autodestruição seja um bem (...) violaria diretamente a sua consciência e condicionaria drasticamente a liberdade na sua prática profissional. Exercer-se-ia sobre o profissional uma forte pressão e consumir-se-ia a tendência atual para que estes se limitem apenas a satisfazer os pedidos dos doentes.

É lógico que se possa compreender o posicionamento pró-eutanásia de alguns, ao valorizarem as suas circunstâncias pessoais, mas isto não pode subjugar a intuição natural de tantos que estão ou não em situação semelhante, e que consideram não ser a escolha da morte uma opção entre muitas, mas o modo de suprimir todas as opções. (...) E que, como indica a Associação Médica Mundial, reconhecem que “a eutanásia, ou seja, o ato deliberado de pôr fim à vida de um doente, mesmo que seja por vontade própria ou a pedido dos seus familiares, é contrária à ética” (Declaração aprovada na 70.^a Assembleia Geral da Associação Médica Mundial, Tbilisi, Geórgia, outubro 2019).

“Cómo entender la Rusia de Putin”

“Comprendre le poutinisme”

Autor: Françoise Thom
Rialp. Madrid (2019)
192 págs.

Françoise Thom, historiadora francesa e professora na Sorbonne, sublinha neste livro que, após a queda do comunismo, não houve mudanças políticas essenciais na Rússia, pois mantiveram-se elementos ostensivos da era soviética. O pós-comunismo não deu lugar à democracia, tendo sim servido para consolidar um sistema autoritário. Daí que procure no passado soviético explicações para o que sucede na Rússia atual.

A expansão das redes mafiosas remontaria, na sua opinião, à época dos *gulags*, quando era confiada a delinquentes a tarefa de manter a ordem nos centros de detenção. Consequentemente, o universo prisional do período soviético serviu para modelar amplos setores da sociedade russa.

Segundo a autora, a Rússia vive numa era pré-política, e a maior parte da sociedade é constituída por microcomunidades dispersas com muros intransponíveis. A população europeizada, chamemo-la assim, não constitui nem um quarto do total. Nesse cenário, dificilmente se pode falar de partidos políticos ao estilo ocidental e de uma autêntica separação de poderes. O que se conhece como partido não deixa de ser um grupo de apoio em torno de um chefe que distribui favores em troca de fidelidade. A lealdade incondicional é, portanto, o único critério de seleção.

Tal como salienta Thom, o importante no sistema político não é a Constituição de 1993 – que Putin pretende modificar, concedendo mais poder ao Conselho de Estado, numa manobra para se perpetuar no poder –, pois as novas instituições democráticas estão muito impregnadas pela antiga burocracia soviética, imbuída da mentalidade leninista, que a leva a afirmar-se pela força e a eliminar o adversário.

Não falta nesta obra a referência à percepção de que a Rússia sempre se sentiu acossada e teme, inclusivamente, uma invasão pelo Ocidente. Por isso, sente a necessidade de possuir nos países vizinhos uma zona de influência, um espaço perdido depois da queda da URSS e de outros regimes comunistas. Esse cordão sanitário é constituído agora pela maioria das antigas repúblicas soviéticas. Tudo isto explica a anexação da Crimeia em 2014.

O regime de Putin, na opinião de Thom, é uma forçada mistura de soviétismo, eslavofilia e ortodoxia. O seu diagnóstico é pessimista ao interrogar-se sobre quanto tempo pode durar o sistema, mas sobre isto haveria que sublinhar uma

evidência histórica: não só depende da vontade de um indivíduo e do seu círculo de poder, como dessa conceção política com profundas raízes na história da Rússia, que procura fazer deste país a todo o custo uma grande potência, o que foi, como destaca Thom, a origem de todas as desgraças russas.

A. R. R.

